

Modalização deôntica: necessidade ou obrigatoriedade?

letrônica

Tatiana Gonçalves*

1 Introdução

O homem é, sem dúvida, um ser linguístico. Na língua e pela língua designa, nomeia, atribui existência às coisas, se representa. A representação do homem na língua se dá através de marcas linguísticas que melhor veiculem sua presença, sua subjetividade. Entre estas marcas está a modalização que, *lato sensu*, é a marca linguística indicadora do grau de comprometimento do enunciador com seu enunciado ou com o conteúdo deste. Assim, o uso da língua gera sentidos, direcionamentos distintos. É possível, então, falar em argumentação baseada na atividade linguística e na interação entre os interlocutores.

Nesta perspectiva, este trabalho tem o objetivo de analisar as noções manifestadas pela modalização deôntica em cartas de leitores do período eleitoral para a presidência da república. A proposta inicial era analisar a marca linguística no gênero em questão, mas observamos que o maior fluxo de cartas nos jornais relacionava-se às eleições presidenciais, por isso consideramos relevante analisar a modalização deôntica nos textos em que tal temática estava inserida. Foi observado que a marca linguística citada, em alguns contextos, não transmite uma única noção, ou seja, somente necessidade ou obrigatoriedade, mas um misto das duas noções. Dessa forma, procuramos fazer uma reflexão acerca de tais ideias, pois a alteração de sentido da categoria, no gênero em questão, aponta para a necessidade de se verificar a atuação da marca no gênero textual em conformidade com o contexto em que aparece.

* Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: tatiana.goncalves@hotmail.com

2 Pressupostos teóricos

Ao longo da história da linguística, várias perspectivas relacionadas ao estudo da língua se estabeleceram, entre elas está a Teoria da Enunciação. O pressuposto básico dessa teoria é o de que a língua, quando colocada em ação, é discurso.

Benveniste (2005a), a partir da noção de estrutura, afirma que a língua é articulada pelo usuário, admite o componente subjetivo e, conseqüentemente, o sentido. Nesse ponto, instaura a enunciação, ato único, singular, irrepetível de produção de um enunciado. A enunciação, entretanto, é um processo decorrente de alguns fatores e está ancorado em algumas categorias. O linguista estabelece, então, as categorias de pessoa, tempo e espaço como basilares para a produção de um enunciado.

Ao se apropriar da língua, o locutor se institui como *eu*, mas também instaura um *tu*, visto que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 2005b, p. 84). Assim, emerge a noção de pessoa, que nesta teoria, é interdependente e reversível, ou seja, só é possível dizer *eu* a partir de um *tu*, e este *tu*, interlocutor também se constitui como *eu* quando tem uma atitude responsiva diante do enunciado que recebe.

A noção de tempo, nessa abordagem linguística, não é a do tempo gramatical, mas a do tempo da enunciação. O tempo enunciativo é o presente, é o agora, o momento único em que o enunciado é proferido. A interlocução, nessa ótica, ocorre se as pessoas do ato enunciativo partilharem do mesmo momento enunciativo. Sobre a noção de tempo é importante salientar que, entre as instâncias dessa categoria, Benveniste (2005) menciona o tempo crônico, que é o tempo dos acontecimentos e abarca nossa própria vida enquanto sequência de acontecimentos. O autor afirma que “o observador, que é cada um de nós, pode lançar o olhar sobre os acontecimentos realizados, percorrê-los em duas direções, do passado ao presente ou do presente ao passado”. Logo, é possível afirmar que mesmo que um enunciado seja acessado em um momento diferente daquele em que foi produzido, como nas cartas de leitor, o interlocutor consegue recuperar no tempo o acontecimento inserido no enunciado e, além disso, há uma partilha de informações socioculturais acessadas pelo interlocutor no momento em que toma contato com o texto, por isso há interação.

A noção de espaço é a referência, a situação que permite ao locutor produzir um enunciado que possa ser interpretado pelo interlocutor. Devido a esses fatores a enunciação é sempre única, irrepetível.

Como mencionado anteriormente, a categoria de pessoa compreende um *eu* que, necessariamente, requer um *tu*. A enunciação necessita do outro, já que é um processo interativo. Desse modo, se constitui a subjetividade que para Benveniste (2005a, p. 286) é a “capacidade de o locutor se propor como sujeito”. A subjetividade é a pessoa *eu* implicada no discurso que se constitui na relação com o *tu*, o interlocutor. Essa dialética é denominada intersubjetividade, que é o fundamento da subjetividade. O locutor exprime sua subjetividade porque se institui como *eu* e automaticamente instaura um *tu*. Há, portanto, uma questão de reversibilidade na enunciação.

Se a língua se torna discurso quando acionada pelo locutor, se este locutor necessariamente implanta um *tu* e se, nessa atividade, sentidos são gerados, isso significa que a língua é ação, que a língua é prática. Podemos, assim, falar em pragmática linguística que

visa à utilização da linguagem, sua apropriação por um enunciador que se dirige a um alocutário em um contexto determinado. Ela está preocupada com a linguagem enquanto ação, atividade humana e as relações de interlocução aí estabelecidas. (BRANDÃO, 2001, p. 164)

A língua, desse modo, é observada como ação, porque o próprio enunciado conduz um fazer. Na pragmática linguística, observa-se não o que os indivíduos fazem ao usarem a língua, mas o que a própria língua faz quando acionada.

É lícito, então, ressaltar a Teoria dos Atos de Fala que tem Austin como seu principal representante. Em dada fase de suas formulações, o estudioso conclui que o ato de fala é a base de toda significação, contendo três dimensões: os atos locucionários, os atos ilocucionários e os atos perlocucionários.

O ato locucionário é o ato básico de uso da língua. Está ligado à emissão de sons que organizam a língua no processo comunicativo. Segundo Searle (apud KOCH, 2003), é constituído por um ato de referência e por um ato de predicação. Através da referência é evocada certa entidade do mundo extralinguístico e através da predicação é dada uma representação a esta entidade.

O ato ilocucionário carrega a força do dizer, isto é, o performativo, o ato a ser realizado. Se uma juiz de paz diz: “Eu os declaro marido e mulher”, o próprio enunciado já

contém a consolidação do casamento. Mas no que se refere a esse ato, é preciso dizer que o papel social daquele que o profere deve ser reconhecido pelos pares em determinada situação, caso contrário, o enunciado não terá valor.

O ato perlocucionário é o que exerce determinado efeito sobre o interlocutor, como convencer, agradar etc. É conveniente mencionar que todo ato de fala é, simultaneamente, locucionário, ilocucionário e perlocucionário, porque todo locutor mobiliza a língua a partir dos sons da mesma, dota seu enunciado de dada intenção que atinge ou não o interlocutor.

No que tange à intenção, é necessário salientar que em pragmática não é algo interior ao indivíduo. A intenção é recuperada através das marcas linguísticas que o locutor deixa no enunciado; são essas marcas, inclusive, que possibilitam a “atuação” do enunciado. Desse modo, a intenção “se deixa representar de uma certa forma no enunciado, por meio do qual se estabelece entre os interlocutores um jogo de representações, que pode corresponder ou não a uma realidade psicológica ou social” (KOCH, 2009, p. 22).

Neste âmbito, já é possível falar em argumentação. Essa dimensão, inegavelmente, evoca a antiguidade clássica e, particularmente, a Retórica, que foi concebida por Aristóteles como uma técnica de organização do discurso, que consistia na escolha dos meios apropriados para a persuasão. No entanto, a argumentação requerida neste trabalho é aquela pautada no uso da língua, ou seja, aquela entendida como eixo básico de toda atividade linguística. Ducrot (1976), nessa direção, a partir da própria noção de estrutura, defende a tese de que a argumentação é intrínseca ao enunciado, pois todo enunciado orienta, todo enunciado indica uma direção.

Na Teoria da Argumentação na Língua, a própria língua impõe condições de argumentação; as palavras da língua, em um enunciado, funcionam como pistas de um dizer e orientam o enunciado na constituição de sentidos. A argumentação, sob tal perspectiva, deixa de estar atrelada a princípios lógicos, exteriores à língua, para se fazer presente em todo e qualquer enunciado através do uso linguístico com intenção declarada ou não.

Se é possível encontrarmos vieses argumentativos em todo enunciado, se todo uso da língua é orientado para determinadas direções, cumpre saber como isso se dá. Entre as pistas que instituem eixos argumentativos, podemos citar alguns que Koch (2009, p. 33) destaca: as pressuposições, os modalizadores e os operadores argumentativos.

Assim, as formas da língua, em um enunciado, são as peças que orientam, conduzem o sentido e levam o interlocutor a concluir determinados fatos.

3 A modalização

Entre as marcas linguísticas através das quais é possível perceber a presença do locutor no enunciado está a modalização. Mencionar o termo modalização é, necessariamente, fazer remissão à modalidade. A categoria modalidade, inicialmente, estava ligada à lógica modal. Neste eixo, Aristóteles se preocupou em estudar as proposições modais, em distinguir como as proposições expressavam as noções de possível, não possível; contingente e não contingente; impossível e necessário. A modalidade era considerada uma categoria ligada exclusivamente à noção de verdade, considerava-se que o enunciado expressava a pura verdade.

Os postulados acima ultrapassaram os limites da lógica e começaram a ser investigados no âmbito linguístico. Assim, passou a ser considerada a relação entre enunciador e proposição. Assim, podemos citar Bally que observa na oração o *dictum*, base da oração, e o *modus*, operação do falante sobre o *dictum*. Desse modo,

[...] se a língua é o acervo dos signos e das relações entre os signos, enquanto todos os indivíduos lhes atribuem os mesmos valores, a fala é o funcionamento desses signos e de suas relações para expressar o pensamento individual: é a língua em ação, a língua realizada. (BALLY, Charles, *apud* FLORES, 2008a, p. 17)

A modalidade, nesse sentido, pode ser considerada como parte da atividade linguística, como a relação subjetiva empreendida pelo locutor ao usar a língua.

Neste artigo, entretanto, propomo-nos a tratar da modalização, compreendendo-a como um processo. Ao se apropriar da língua, em determinado tempo e lugar, considerando o interlocutor, o locutor empreende relações intrínsecas e extrínsecas à língua e deixa no enunciado pistas relacionadas à sua enunciação. Desse modo, compreendemos a modalização como um fenômeno semântico-pragmático.

Pinto (1994) afirma que a modalização é um dos dispositivos enunciativos por meio dos quais o locutor cria seus universos de referência. Para o autor, há a modalização da enunciação e a modalização do enunciado. A modalização da enunciação está atrelada às operações enunciativas que projetam no enunciado o tipo de interação que o locutor pretende estabelecer com o interlocutor. São, na verdade, as relações estabelecidas pelos atos de linguagem em que o locutor visa a uma resposta, a um fazer do seu interlocutor.

A modalização do enunciado é definida pelo autor como a incidência de *dicto* e de *re*. A incidência de *dicto* e de *re* são possibilidades que o locutor tem de modalizar seu **Letrônica**, Porto Alegre v.5, n. 2, p.143, jun./2012.

enunciado. Na primeira forma de incidência (dicto), a modalidade atinge a todo enunciado como no exemplo:

É possível que o aluno seja aprovado.

Na segunda incidência (re), somente o predicado é atingido pela modalidade, como em :

Esse aluno *pode* ser aprovado.

A modalização do enunciado está ligada ao valor que o locutor atribui aos estados de coisas que descreve. Essa modalização refere-se ao grau de engajamento, de comprometimento do locutor com o seu enunciado ou com o que está nele descrito.

Outra perspectiva relacionada à marca linguística é a de Koch (2009). Embora não use o termo modalização, suas considerações abarcam aspectos semânticos, pragmáticos e enunciativos. A autora considera as modalidades “como parte da atividade ilocucionária, já que revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz” (KOCH, 2009, p. 73).

Diante de tais posicionamentos é possível afirmar que a modalização, quando inserida em um enunciado, atua como resultado da mobilização da língua por parte do locutor que sempre procura, conscientemente ou não, inserir marcas linguísticas ideais à situação enunciativa do texto.

3.1 Tipologia das modalizações

As modalizações imprimem no enunciado o grau de comprometimento do locutor com seu enunciado e com o conteúdo deste. Assim, cabe ressaltar que noções, que ideias esta categoria linguística atribui a um enunciado. Dessa forma, temos, em sentido amplo, três tipos de modalização, a saber:

- Modalização *alética* - está ligada ao eixo da existência, ligando-se à verdade ou à falsidade do enunciado, isto é, à verdade ou falsidade de um estado de coisas.
- Modalização *epistêmica* (do grego *epistemis* - conhecimento) - ligada ao eixo do saber, das crenças; aparecem no enunciado quando vinculadas ao julgamento que o locutor expressa acerca de um estado de coisas. Abarca noções como certeza, dúvida, possibilidade, probabilidade. Como exemplo, citamos: *É possível* que chova amanhã.

- Modalização *deôntica* (do grego *deon* – o que é obrigatório) – ligada ao eixo da conduta, dos valores e veicula noções como: necessidade, obrigatoriedade, permissão. Como no exemplo: *É preciso* investigar a questão.

A modalização, como marca linguística da argumentação, é expressa por alguns itens lexicais, entre eles estão, segundo Koch (2009, p. 85), os advérbios, os auxiliares modais, os verbos de atitude proposicional, os modos e tempos verbais, os predicados cristalizados e as orações modalizadoras.

Os modalizadores permitem que o interlocutor perceba posicionamentos no enunciado. Tais marcas conduzem, direcionam o(s) sentido(s) do enunciado. Compreender a modalização sob a perspectiva enunciativa implica considerá-la como processo do qual o locutor conscientemente ou não lança mão para cumprir um propósito discursivo.

3.2 A categorização

Mencionamos nas linhas iniciais deste artigo a pretensão de demonstrar que a ocorrência da modalização deôntica no gênero carta de leitor nem sempre apresenta a ideia básica da categoria. Julgamos, então, coerente fazer uma breve remissão à noção de categorização para justificar tal posicionamento.

Rosch (1973) afirma que a categoria pode ser observada a partir da noção de protótipo, o qual é o representante de uma categoria; isto é, um certo objeto apresenta um traço, uma característica, que o torna o exemplar de determinada categoria. Desse modo, é possível reconhecermos um ponto central, um núcleo dentro de um grupo; outros elementos que não apresentam tais características de forma completa estão mais ou menos afastados desse núcleo. Teríamos, dessa forma, um gradiente, um contínuo no que tange às categorias; essas seriam, então, mais ou menos prototípicas.

A modalização deôntica, nessa perspectiva, ao transmitir as noções de necessidade ou obrigatoriedade, estaria veiculando as noções prototípicas, mas, ao se afastar dessas ideias, estaria atuando de forma não prototípica.

4 O gênero textual carta de leitor

A comunicação humana, indubitavelmente, ocorre através de textos, os quais se materializam e são veiculados em dados formatos de uso para que sejam reconhecidos pelos indivíduos de uma comunidade. Tais formatos são o que se denomina gênero textual.

Segundo Bazerman (2006), que adota uma perspectiva sociorretórica, os gêneros textuais podem ser compreendidos como formas de reconhecimento psicossocial, porque, ao se deparar com um, o indivíduo não só reconhece suas peculiaridades estruturais como também sua função sociocomunicativa. O gênero, nessa abordagem, é tido como regulador, como estruturador das nossas atividades. Sua tipificação molda os fazeres sociais, os fazeres de dados setores.

Se o gênero molda práticas e fazeres em certos setores da atividade humana, no domínio jornalístico não seria diferente. Entre, os gêneros textuais produzidos neste setor está a carta de leitor. Esta carta, em termos gerais, pode ser caracterizada como um de domínio público, uma vez que indivíduos oriundos de diferentes camadas da sociedade têm acesso à leitura e à produção do gênero. É um gênero que compreende diferentes tipos de atos de fala, tais como: reclamação, opinião, denúncia, agradecimento, esclarecimento etc.

A carta de leitor dá ao indivíduo a possibilidade de se expressar como cidadão, de enunciar sua posição de sujeito atuante na sociedade, de sujeito que participa da vida da comunidade em que vive. Desse modo, o espaço destinado à publicação da carta de leitor seria “um simulacro de atuação democrática, enraizado na cultura, para evidenciar o dever ser do lugar comum” (TROUCHE, 2010 p.695). O gênero textual carta de leitor pode ser compreendido com um gênero de domínio público que abarca temas referentes ao cotidiano e aos aspectos mais relevantes da vida de uma comunidade social.

5 Análises

Nesta seção, empreenderemos a análise dos textos. Como mencionado nas linhas iniciais, nos propomos a analisar o fenômeno modalização sob a perspectiva da Teoria da Enunciação, mas percebemos também que a marca linguística, quando mobilizada, nem sempre exprime as noções prototípicas da categoria. Assim, escolhemos três cartas para demonstrar tal ocorrência. Todas se referem às eleições para a presidência da república em 2010.

Carta 1

Se a ignorância prevalecer nas próximas eleições, o Brasil ampliará o conceito de que o crime compensa. A sociedade brasileira vive a maior mudança de caráter da sua história. Exemplo: diante do juiz, o acusado tem o direito de ficar calado para não se comprometer. Tenho 83 anos bem vividos e razoável experiência para aconselhar os que no desespero de verem o país sem saída preferem não contestar com o seu voto a vitória dos que detêm o poder para que tudo continue como está. Ainda que carregados nos braços de amigos, será fundamental que todos os idosos exerçam o direito de votar, acreditando que o seu voto será o voto da vitória que mudará o Brasil.

(Orlando Machado Sobrinho, Rio Jornal do Brasil on line em 20/09/2010)

O locutor da carta se apresenta como alguém que detém a voz da experiência. O locutor se coloca como alguém que está autorizado a “aconselhar” os outros sobre a melhor forma de votar. No texto, há uma ocorrência de *modalização deôntica*:

(1) [...] *será fundamental* que todos os idosos exerçam [...]

O fenômeno é expresso por uma oração modalizadora. De acordo com Koch (2009), tal oração modifica o conteúdo da oração subordinada. Desse modo, o ato de os idosos votarem, conteúdo da oração subordinada, assume *status* de essencialidade, de necessidade. Mas é possível afirmar que, neste enunciado, há uma noção que se afasta da noção prototípica expressa pela modalização deôntica, pois o contexto e os demais elementos do enunciado contribuem para que o fenômeno se manifeste em um gradiente que vai da necessidade à obrigatoriedade.

Carta 2

Estou cansada de ler escândalos nos jornais, assistir noticiários e ouvir comentários de amigos sobre eles. A verdade é que não dá mais para confiar em ninguém, nem para esperar algo de autoridades que não têm o respeito pelo cidadão nem pela Constituição Federal. O país precisa de uma política séria a favor de todos os brasileiros. Os políticos têm que parar com tanta ganância e arregaçar as mangas para atender as necessidades do povo: educação, saúde, emprego, saneamento, moradia, transporte, segurança etc. Não acredito mais nessa democracia de impunidades. É revoltante!

(Maria das Graças Salazar, Rio – Jornal O Globo em 27/09/2010)

O locutor da carta expressa revolta, indignação, com a atual situação política do país. Do texto retiramos:

(2) [...] O país *precisa* de uma política séria a favor de todos os brasileiros.

(3) políticos *têm que* parar com tanta ganância e arregaçar as mangas para atender as necessidades do povo [...]

Em (2), há a ocorrência de modalização deôntica expressa pelo verbo *precisar*. A noção expressa no enunciado não é a prototípica da categoria, pois se observa um gradiente que vai da noção de necessidade à noção de obrigação. O locutor, antes de usar a modalização, expressa uma enunciação que mostra seu descontentamento com o cenário político do país, e isso confirma que há necessidade de se fazer política de forma séria, mas que também há obrigatoriedade, uma vez que a política está ligada à ética, à conduta.

Em (3), a ocorrência de modalização deôntica é lexicalizada pela *têm que* e veicula a noção de obrigação. Com a estratégia de uso dessa expressão já lexicalizada, o locutor refere-se ao dever, à moral dos políticos perante o país.

Nessa carta, cujo tom é de desconfiança e de revolta, as duas ocorrências de modalização deôntica mencionadas atuam como um dispositivo de comando, isto é, como algo que deve ser feito por alguém em algum momento posterior.

Carta 3

Entra ano, sai ano, e as eleições no Brasil seguem como há décadas. Os candidatos, mesmo aqueles que concorrem à Presidência – e que deveriam ter um estofamento maior – passam meses repetindo a mesma ladainha, com promessas de conter a inflação, aumentar o salário e o emprego, melhorar a saúde, a educação e o transporte. Tudo isso seria muito proveitoso se cada um deles explicasse, com dados técnicos, como operar tais milagres. O eleitor bem preparado já cansou de ouvir promessas sem fundamento. Até agora, exatamente por isso, meu candidato chama-se voto nulo. Pelo menos não irei, depois, lamentar que ele me enganou.

(José Aurélio Costa, Rio – Jornal do Brasil *on line* em 01/08/2010)

A carta apresenta a enunciação de um locutor que se mostra cansado do processo pré-eleitoral no Brasil. Encontramos a seguinte ocorrência:

(4) Entra ano, sai ano, e as eleições no Brasil seguem como há décadas. Os candidatos, mesmo aqueles que concorrem à Presidência – e que *deveriam* ter um estofamento maior – passam meses repetindo a mesma ladainha [...]

No recorte, a ocorrência de modalização deôntica vem expressa pelo auxiliar modal *dever*. A noção presente no enunciado também não é a prototípica, podemos observar que ela se encontra no gradiente que vai da necessidade à obrigação. O verbo flexionado no futuro do pretérito indica que o locutor reconhece a necessidade de pré-requisitos que alguns candidatos precisam ter para concorrerem à presidência, mas isso seria também uma obrigação, já que a política requer representantes devidamente qualificados. O locutor sabe que os candidatos à presidência precisam ter mais “conteúdo” para apresentarem propostas no horário eleitoral

gratuito. É uma modalização deôntica que passa pelo conhecimento do locutor; é uma necessidade concebida a partir de uma crença do que seria correto na situação mencionada.

6 Considerações finais

Compreender a língua como lugar de troca, de interação, supõe locutor, interlocutor e estrutura articulados; supõe um sujeito que pode ser encontrado e reconhecido pelas marcas que deixa no seu enunciado.

Observar a modalização deôntica sob a ótica da teoria da enunciação é concebê-la como um processo que resulta da mobilização da língua pelo locutor. Desse modo, as noções expressas sofrem variação, porque enunciar é colocar a língua em uso em espaço e tempo definidos.

Na análise, observamos que a modalização deôntica, nas cartas de leitores, apresentou um gradiente no que tange à expressão das ideias de necessidade e obrigatoriedade. Isso está ligado à enunciação, ao ato singular de produção de um enunciado, e à temática das cartas – eleições –, que levam o locutor a escolher a marca linguística que melhor veicule seu posicionamento no enunciado. É fundamental destacar que, embora a modalização deôntica esteja ligada ao eixo da conduta, dos valores morais, o uso atrelado à situação sócio-histórica determina não só o uso como também a interpretação desse uso. Desse modo, o posicionamento do locutor decorre de uma avaliação do que é considerado moral em relação à política, por isso o gradiente, pois o locutor sabe o que é necessário, mas, no nosso cenário político, o que é obrigatório se funde com o necessário.

Referências

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Júnior. 2. ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005. p. 89-104, 8 v.,. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/24631774/ARISTOTELES-Retorica>. Acessado em: 12/08/2011.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. *Problemas de Linguística Geral II*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 2005.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Pragmática Linguística: delimitações e objetivos. In: *Retóricas de Ontem e de Hoje*. Lineide do Lago Salvador Mosca (org.). 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2001, p. 161-182.

_____. Sobre a noção de sujeito. In: *Introdução à Análise do Discurso*. 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p.53-85.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010.

DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica Linguística*. Trad. Brasileira. São Paulo: Cultrix, 1976.

_____. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

_____. Argumentação e ‘topoi’ argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *História e sentido na linguagem*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Argumentação e linguagem*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas: Convergências e Desdobramentos, In: *Retóricas de Ontem e de Hoje*. Lineide do Lago Salvador Mosca (org.) 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2001, p. 17-54.

PINTO, Milton José. *As marcas linguísticas da enunciação: esboço de uma gramática enunciativa do português*. Rio de Janeiro: Numen, 1994.

TROUCHE, Lygia Maria Gonçalves. *Cartas do leitor: a construção do ethos como espelho da cidadania*. Cadernos do CNLF, Vol. XIV, n.2, 2010, p. 292-704.

Recebido em abril de 2012.

Aceito em junho de 2012.